

Arrecadação recorde para fevereiro

Carolina Eloy, Jornal do Brasil

BRASÍLIA - O aumento da demanda e a recuperação da economia, com a retirada dos incentivos fiscais do governo, contribuíram para a arrecadação federal de R\$ 53,54 bilhões em fevereiro, recorde da série para este mês, segundo dados divulgados quinta-feira pela Receita Federal. Na comparação com janeiro, quando foram recolhidos pagamentos da primeira cota ou da cota única do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), a arrecadação registrou queda real de 27,25%.

A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrada em fevereiro é superior à do início de 2009, o que contribuiu para o aumento da arrecadação este ano. No setor automotivo, a incidência do imposto aumentou 551,95%, com recolhimento de R\$ 241 milhões em fevereiro deste ano sobre os R\$ 37 milhões de um ano antes.

A crise mundial impactou a arrecadação de tributos no início de 2009. Com isso, a base de comparação estava mais baixa, destacam especialistas. No acumulado deste ano, a expansão é de 13,46% em relação ao mesmo bimestre do ano passado, acumulando R\$ 127,13 bilhões.

Para a diretora do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), Maria Leonor Leite Vieira, a fiscalização está mais atuante, com mecanismos eletrônicos que evitam a sonegação.

Com a informatização das notas fiscais, a Receita consegue acompanhar e cruzar os dados com maior facilidade destaca Maria Leonor.

O aumento de mais de R\$ 6 bilhões na arrecadação de fevereiro deste ano, ante o mesmo mês de 2009, foi influenciado pelo crescimento da produção industrial em janeiro e da elevação de 10,3% no volume de vendas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Ricardo Araújo, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o aumento da arrecadação reflete a melhora da situação econômica do país, com recuperação de empregos e elevação da renda da população.

O incentivo do governo ao consumo, como a redução do IPI, contribui para ampliar a intenção de compra da população. Isso mantém a demanda aquecida, mesmo que tenha retração em fevereiro, que é um mês menor avalia Araújo.

O aumento dos gastos públicos ao longo dos últimos anos e, principalmente, em ano eleitoral levam o governo a fiscalizar mais a arrecadação, destaca Araújo. Para ele, como a carga tributária é elevada no país, a solução é evitar sonegação para equilibrar os gastos.

No acumulado deste ano, o setor financeiro foi o responsável pelo maior recolhimento de tributos administrados (exceto previdenciário), com R\$ 15,9 bilhões, expansão

de 10,7% ante mesmo período de 2009. Em seguida, ficou o comércio atacadista, com R\$ 6,3 bilhões (alta de 6,99%), e a fabricação, comércio e reparação de veículos automotores, com R\$ 5,2 bilhões, aumento de 50,15% na mesma comparação.

O advogado tributarista Daniel Mariz Gudiño, do escritório Dannemann Siemsen, explica que no início deste ano foi registrado aumento na arrecadação de tributos como Cofins/PIS-Pasep e Cide, por pagamento indevido ou a maior, realizado em períodos anteriores. Ele destaca que essa compensação impactou em R\$1,4 bilhão a receita de fevereiro.

Foi concentrada em janeiro o pagamento do imposto de renda de juros remuneratórios sobre capital próprio, além do pagamento de royalties relativos à extração de petróleo - explica Gudiño.

adicionada no sistema em: 19/03/2010 12:00